

# Castro Alves, evangelista do Direito.

*Alfredo Buzaid*

Catedrático de Direito Processual Civil na  
Faculdade de Direito da Universidade de  
São Paulo.

Lanço um olhar retrospectivo e tento recordar os anos em que, como estudante, lia os poemas de CASTRO ALVES, sentindo, nos versos repassados do mais doce lirismo, a alma ardente do poeta apaixonado. CASTRO ALVES sorria-me tôdas as manhãs como um raio de sol, que devassava a janela de meu quarto. Eu amava as suas poesias, porque me identificava com os seus sonhos.

Já agora são passados trinta anos. Professor, envelheço no trabalho e no estudo. A minha vida se desdobra entre a dedicação ao lar, os misteres universitários e o patrocínio das causas forenses. Como se explica, pois, que o professor debruçado sôbre os velhos "in folios", ainda tem ânimo para falar de um poeta, que foi o encantamento de sua mocidade? É que o contemplo em duas idades. Há trinta anos, procurava, no estudante de direito, a alma de um poeta; hoje busco, na alma de um poeta, o evangelista do direito; há trinta anos, via CASTRO ALVES como um homem dentro do mundo; hoje surpreendo nele um mundo dentro do homem.

## I. O Século XIX.

Que é o século, em que viveu CASTRO ALVES? Que idéias difundiu por todo o universo? Que princípios impregnou na alma ainda juvenil de poeta? O século XIX se abre sob as luzes da Revolução Francesa e constitui uma das mais

ousadas afirmações do individualismo. No domínio filosófico, a sempre misteriosa Germânia engendra o criticismo. Na literatura brota o romantismo como uma reação do indivíduo, que procura libertar-se das regras rígidas e inflexíveis dos modelos clássicos. Na religião difunde-se o laicismo, separando a Igreja do Estado. Na ordem política rolam as cabeças coroadas e o povo reivindica o direito de se auto-governar. A monarquia é substituída pela República. As teorias fundadas num ingênuo contratualismo se esforçam por explicar a natureza e o funcionamento dos poderes do Estado como emanção da soberania nacional. As idéias então dominantes podem ser sintetizadas em quatro postulados, afirmados mas ainda não reconhecidos pela humanidade:

- 1) a igualdade entre as criaturas;
- 2) a fraternidade universal;
- 3) a democracia como ideal político;
- 4) e a república como forma de govêrno.

Visto sob êste aspecto, CASTRO ALVES parece ser um filho espiritual do século XIX pela sua formação, pelas suas idéias e pelos seus sentimentos. A sua vocação, quase messiânica, de poeta dos escravos, refletia a fisionomia moral do liberalismo, que despontou com a Revolução Francesa. O romantismo infundiu-lhe a lira com um sôpro de ternura. O idealismo generoso transfigurou-lhe a vibração poética.

Porém onde êle alça superior aos seus e ao seu tempo, o ponto em que reluz, com mais brilho, o esplendor do seu gênio tumultuário, romântico e simbolista, é aquêle em que cria um novo estilo, sintonizando as misteriosas forças telúricas do continente. Com êle nasce a poesia social, espelhando a rudeza nativa dos trópicos; vive nele, no verdor dos anos, o drama da sua terra e da sua gente; e ninguém mais do que êle encarna o entusiasmo febril da juventude e a luz profética dos libertadores. A sua mocidade foi por isso um modêlo sem reflexo, porque êle, na verdade, foi também um reflexo quase sem modêlo.

## II. A igualdade.

CASTRO ALVES, que passara a sua infância na fazenda Muritiba e na chácara Bôa Vista, contemplando o cativo dos infelizes, viu madrugando em sua alma o sentimento da igualdade. Inconsciente a princípio, pouco nítido depois, fulge, aos dezesseis anos, como um raio desfechado contra a organização da economia brasileira. Os primeiros acenos surgem em 1863, não como mero capricho de inspiração, mas como uma intuição que é a centelha do gênio.

Em 1865 começou a estudar Direito Natural, onde aprendeu que, segundo os princípios, uma pessoa mais forte não pode submeter outra a cativo, porque tal estado repugna à ordem da criação. Vem-lhe à memória a imagem da gleba baiana, dividida entre o senhor da casa grande e a senzala; aquêlê vivendo impacientemente as exaltações do triunfo, da riqueza e do poder; êste, suportando, com resignação, os horrores do infortúnio. Foi então que, antes dos outros, com quase antecipação sôbre todos os brasileiros, repontou na lira do poeta o grito de revolta e seus versos correram por tôda parte, anunciando a mensagem da libertação.

Impassíveis aos gemidos dos sofredores, os escravistas organizam a resistência, apregoando a necessidade de esperar para não desorganizar a economia agrária fundada sôbre a estrutura do trabalho servil. O poeta caminha impávido. Escreve, discursa, declama os seus poemas. Acende a fogueira que redimirá a vergonha brasileira.

O seu sonho não é apenas suprimir o cativo como uma mácula nacional; é ensinar a todos os povos que no Brasil, mais pròpriamente, na América, não se tolera a violação do princípio da igualdade dos homens.

O poeta tem assomos revolucionários. Não transige com soluções de compromisso. Quer um compromisso de solução. Impunha-se, pois, levantar a bandeira da guerra

santa. Daí a série imensa de poemas, reunidos sob a denominação de *Cachoeira de Paulo Afonso*, *Navio Negreiro*, *Vozes d'África* e o drama *Gonzaga*. O menino de pouco mais de dezesseis anos é o vigoroso precursor da luta da emancipação, em que a sua voz vibrou com os acentos mais graves, quando tudo ainda não passava de mero sonho.

### III. A fraternidade universal.

A sua intuição viu o que os outros não viram: a perspectiva do destino da América. O cativo dos negros não era mais vil que a perseguição dos brancos por motivos raciais. Quando os nativos decidiram romper os grilhões que nos atavam à Metrópole, a luta era antes uma conquista do futuro do que uma reação contra o passado. Descrevendo os episódios da batalha pela independência, o poeta não vê apenas o solo embebido pelo sangue de dois povos:

*“Não! Não eram dois povos que abalavam  
naquele instante o solo ensanguentado...  
Era o porvir — em face do passado  
A liberdade — em face à escravidão”.*

O porvir era a liberdade, o direito de pensar e de viver, sem preconceitos de côr e de raça, a porta aberta a todos os povos irmãos, especialmente àqueles que foram oprimidos por ódios, rivalidades e perseguições.

Os hebreus ainda não haviam conseguido um solo para aí edificar a sua pátria e corriam o mundo, ora recebidos com prevenção, ora escorraçados por atos de violência.

O fadário da América não era só abolir a escravatura dos negros; era assegurar também a redenção dos brancos, oriundos de tôdas as terras, que viessem aqui plasmar uma nova consciência jurídica da liberdade. Por isso implorou o poeta:

*“Senhor! Não deixes que se manche a tela  
Onde traçaste a criação mais bela  
De tua inspiração.  
O sol da tua glória foi toldado  
Teu poema da América manchado  
Manchou-o a escravidão”.*

O poema da América era o sonho da liberdade, os braços abertos e hospitaleiros, a mensagem de fraternidade.

Apiedando-se do infortúnio secular dos hebreus, corridos por tôda a parte, sem teto nem lar, brada em veemente protesto:

*“Misérrimo! Correu o mundo inteiro,  
E no mundo tão grande... o forasteiro  
Não teve aonde... pousar.  
Co'a mão vazia — viu a terra cheia,  
O deserto negou-lhe — o grão de areia,  
A gota d'agua — rejeitou-lhe o mar”.*

Permiti-me que, depois de recitar êstes versos estuantes de revolta contra uma concepção cruel do mundo, devorado de egoísmo; depois de sentir, no tom profético de suas palavras, a confiança no destino da América, como refúgio dos povos que amam a liberdade, permiti-me que recorde o episódio da compra do castelo de Canterville.

Conta OSCAR WILDE que, quando Hiran S. Otis, embaixador dos Estados Unidos, adquiriu o castelo de Canterville, advertiram-no que fazia mau negócio, pois era notório que se tratava de lugar assombrado. O próprio Lord Canterville, escrupulosíssimo em questões de honra, julgou conveniente chamar-lhe a atenção para o fato, enquanto o negócio estava na fase das discussões.

— Nós próprios desistimos de morar no castelo — declarou Lord Canterville, desde que minha velha tia, a duquesa de Bolton, sofreu um abalo de que jamais se refez, em virtude do pavor de que ficou tomada quando sentiu as mãos

de um esqueleto descansarem sôbre os seus ômbros, no momento em que se preparava para a ceia; julgo oportuno informar-lhe também que o fantasma foi visto por várias pessoas da família, vivas ainda e pelo vigário da localidade, reverendo Pe. Augusto Dampier.

— Milord — respondeu o embaixador, inclua também o fantasma na escritura como parte do mobiliário. . Venho de um país moderno, cujos compatriotas têm invadido o velho mundo para descobrir e roubar-lhe os melhores cantores e atrizes e duvido que, existindo algum fantasma na Europa, já o não houvessem transportado para a América e posto nos museus ou parque de atrações.

O romancista inglês, num chiste delicioso, criticou por certo a ousadia do embaixador norte-americano, que tinha a volúpia de importar até os fantasmas do Velho Mundo. Mas o poeta brasileiro anteviu a vocação da América para realizar uma civilização, apta a assegurar as condições vitais de convivência humana a todos os povos da terra. É que

*“Estatuário de colossos  
Cansado d’outros esboços  
Disse um dia Jehovah:  
“Vai, Colombo, abre a cortina  
De minha eterna oficina  
Tire a América de lá”.*

E ao descobrir o Novo Mundo, traçou-lhe o destino:

*“Talhado para as grandezas  
Pr’a crescer, crear, subir  
O Novo Mundo nos músculos  
Sente a seiva do porvir”.*

#### IV. A democracia.

O gênio de CASTRO ALVES fundiu a poesia e o direito, o clarão do profeta e o clarim do evangelista, nos versos que

exaltaram a confiança do povo, a esperança na república e a salvação da humanidade pela democracia.

*“A Praça, a praça é do Povo  
Como o céu é do condor”.*

A idéia de praça lembra logo a de *forum*. *Forum* em latim quer dizer praça pública. A magistratura antiga decidia na praça pública, porque ela transfunde o sentimento de segurança e de liberdade. A justiça de portas fechadas causa terror.

Quando o poeta diz que a praça é do povo, quer significar que ela não é um teatro de demagogia; é um tribunal de decisões. Nela, o povo não se agita, age; não vocifera, julga; não fomenta desordens, constrói o futuro. O poeta compara o povo ao condor. Êste é o rei do céu, como aquêle o rei da terra. A praça é a terra, para que o povo não se divorcie da realidade; a sua cúpula é o céu, para nele encontrar a sublimidade dos seus ideais. A terra é sempre uma advertência acêrca da precariedade de tôdas as coisas humanas. O céu é um convite, porque conduz o homem ao seu destino transcendental.

*“Só o povo é soberano. Por isso é a  
República... Vôo ousado  
Do homem feito condor  
Raio de aurora inda oculta  
Que beija a frente ao Tabor”.*

A sua esperança na democracia era consciente e fundada, porque não a concebeu como um devaneio de poeta, mas com a visão de um estadista. Não há verdadeira democracia sem povo culto. O direito de se governar por si mesmo nasce quando o povo atinge a maturidade intelectual e espiritual. A cultura é libertação. Por isso pregou o poeta:

*“Livros, livros a mão cheia  
E mande o povo pensar.  
O livro, caindo na alma,  
É germe que faz a palma  
É chuva que faz o mar”.*

A educação é a base da democracia, destinando-se a formar a inteligência e a informar a alma.

As vicissitudes por que passa o povo podem arrastá-lo às decisões heróicas. A revolução popular algumas vêzes é indicada pelos dirigentes políticos, iluminados pelo desejo de dar novos rumos ao país: outras, irrompe natural e espontânea das profundezas de sua alma, coberta pela cinza que o vento espalha, fazendo arder a brasa oculta, que se transforma num incêndio.

Quando o povo entra em declínio, avassalado às duras provocações de um déspota que dêle se senhoreia; quando a sua alma se entorpece e a sua liberdade é encadeiada; quando êle se não envergonha de gemer sob os grilhões que o escravizam; quando assiste, indiferente e impassível, sem um ranger de dentes, à corrupção que o esmaga, servindo de pasto à cobiça dos especuladores, ainda assim nem tudo está perdido, porque, no mais recôndito de sua consciência, há uns vislumbres, embora frouxos, de dignidade, que um dia, sem ninguém esperar, repontam, desfazem a névoa que os envolvem e projetam-se como um raio de luz. Sim, diz o poeta:

*“O povo é como o sol. Da treva escura  
Rompe um dia com a dextra iluminada  
Como o lázaro, estala a sepultura. . .  
Oh! Temei-os da turba esfarrapada,  
Que salva o berço à geração futura  
Que vinga a campa à geração passada”.*

Temei o povo, aconselha o poeta. Quando êle é oprimido, quando reiteradas vêzes ou sempre é submetido às



atrocidades do mando desvairado, o sentimento de revolta, misturado ao da independência, se vai formando de modo quase imperceptível, até explodir num grito de “basta”! Obtém-se num minuto a liberdade sonhada por longo tempo de opróbrio e de vexação.

Como? Há uma centelha que eletrisa a vontade, que a impele à rebeldia, que a transfigura em gestos tresloucados, ou, a melhor dizer, em gestos heróicos. É que a massa não se guia tanto por idéias quanto por sentimentos.

*“... o povo é mais sentimento do que idéia”*  
(Obras, II, p. 464).

A sua força está na mística, que é também a sua fraqueza. A mística não ensina o que se quer, mas o que não se quer; não diz o que se deve fazer, mas o que há de acabar; não programa um ideal de realizações, mas uma realização de ideal, que aspira à substituição do que existe por qualquer coisa que se não vê, mas que se espera seja melhor.

## V. O fulgôr do gênio.

O aparecimento de CASTRO ALVES, na segunda metade do Século XIX, tem algo de estranho. Ele não é um simples elemento de polarização de idéias e sentimentos de sua época. Não cultivou o direito no silêncio do gabinete. Não o estudou para se tornar um advogado. E ainda formado, jamais viria a sê-lo, porque ele não se contentava com ser o defensor das causas forenses no pretório dos tribunais.

A sua vocação o arvorou em advogado das causas da humanidade, em cujo patrocínio ninguém rivalizou com ele na genialidade das soluções de valor universal.

Naquele período histórico florescia no país uma plêiade de juristas amadurecidos na longa reflexão dos problemas sociais. Cada um dêles era capaz de apresentar soluções harmoniosas, sábias e prudentes. Mas o que lhes faltou

foi o ardor poético, que banha a essência do direito com a beleza das fórmulas eternas. Pode haver e há por certo poesia sem direito. Mas dificilmente pode haver direito sem poesia.

Naquela fase histórica da evolução brasileira, CASTRO ALVES foi o poeta, instintivo e natural, que encarnou um ideal de renovação jurídica, pondo a sua lira a serviço da América e da humanidade. Não escreveu uma lei; não elaborou um código; não emitiu parecer. Não chegou sequer a redigir um arrazoado forense. E no entanto êle simboliza conscientemente o espírito de uma revolução sem sangue e sem lutas cruéis, que começa no seio do povo, ecôa nas cidades e nos campos, sacode a consciência pública, vibra nos versos inquietos, escritos segundo a inspiração das circunstâncias, alheios a programa e método; e quando, apagando-se em plena juventude a luz de sua existência, os seus poemas, peças e discursos, são recolhidos, ordenados e admirados; quando chegou o momento de julgar a glória de sua missão, a grandeza de suas idéias e o esplendor do nobre apostolado, a posteridade viu que a obra do poeta envolvia a auréola do evangelista do direito.

Foi um gênio O maior poeta do Brasil? Não sei se estas perguntas, que repontam nas biografias do cantor, podem ou devem ser aqui respondidas. O que sei, e isso me basta, é que, numa permanente atualidade, CASTRO ALVES é o mais amado dos poetas, porque nele se revê não tanto o fulgor da lira, tumultuária, mas vibrante, quanto a alegria comunicativa e saudável das idéias generosas, que fraternizam a humanidade e o tornam o anunciador de uma nova mensagem.